

Grupo de Trabalho organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares. Os direitos da mulher e a segurança alimentar

Estratégias para melhorar a liderança das mulheres para tratar a questão da segurança alimentar e nutricional no contexto de mudança climática

Dra. Cristina Tirado

Mensagens chave

Garantir a segurança alimentar e nutricional e o acesso à saúde universal é essencial para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável resiliente ao clima, e exige uma abordagem com capacidade de resposta a questões de gênero e dos direitos humanos. Ao garantir que as mulheres tenham o mesmo acesso a recursos produtivos que os homens, elas poderiam aumentar os rendimentos nas suas fazendas e isto poderia diminuir a quantidade de pessoas com fome no mundo inteiro e poderia aumentar o acesso à saúde.

Dar responsabilidades às mulheres é essencial para estimular a adaptação e para enfrentar os impactos da mudança climática sobre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. Ao aproveitar os conhecimentos e experiências das mulheres baseados nas suas funções singulares no âmbito social, econômico e de manejo de recursos, os planejadores da adaptação ao clima podem aumentar a resiliência ao clima. Isto significa para as mulheres um papel maior na tomada de decisões em todos os níveis, desde as comunidades locais até parlamentos nacionais.

A capacidade das mulheres para tratar os riscos para a nutrição e a saúde derivados da mudança climática deve ser aumentada mediante maior igualdade de gênero. Isto significa um melhor acesso à educação, à informação, à terra, a tecnologias, ao crédito e à proteção social, bem como uma maior participação na tomada de decisões sobre mudança climática.

Fortalecer o papel das mulheres na promoção de dietas sustentáveis e diversas, de meios de subsistência resilientes, de sistemas alimentares locais e uma agricultura climaticamente inteligente, que inclua a produção e o consumo de culturas ricas em nutrientes, é crucial para garantir a segurança alimentar e nutricional num clima em mutação.

Facilitar o acesso a serviços de saúde e atendimento materno-infantil e reprodutivo e de nutrição diminui a fome e a desnutrição entre as mulheres e as crianças frente aos riscos climáticos e aos impactos derivados da mudança climática. Isto inclui intervenções diretas na nutrição, a promoção de boas práticas de nutrição e alimentação como o aleitamento, a alimentação complementar para crianças e melhores práticas de higiene, entre outras.

A proteção e a melhoria da saúde é um pilar essencial do desenvolvimento sustentável e da resposta à mudança climática. Promover o acesso à saúde e os ambientes saudáveis através do investimento em sistemas de saúde, o acesso à energias limpas, água e higiene, todos eles lidam com os importantes impactos da mudança climática sobre a saúde. As políticas e os investimentos para a mitigação e a adaptação à mudança climática têm um grande potencial para melhorar a saúde.

Resumo

Através de suas funções únicas na família e no cuidado dos filhos, no trabalho agrícola, na segurança alimentar e nutricional, na saúde e na redução do risco de desastres, as mulheres atuam como agentes de desenvolvimento e mudança social. A promoção de seu engajamento e de sua liderança é crucial para tratar a questão da mudança climática em formas equitativas, saudáveis e sustentáveis. A integração da delegação de responsabilidades nas mulheres bem como a segurança alimentar e nutricional e a saúde em estratégias de adaptação é uma necessidade urgente para garantir o bem-estar das comunidades submetidas a um clima em mutação.

As partes interessadas dos diferentes âmbitos identificaram estratégias bem-sucedidas para abordar os desafios impostos pela mudança climática à segurança alimentar e nutricional, à saúde à igualdade de gênero. Mas existe uma tendência de tratar essas questões através de abordagens segregadas, mantidas separadamente, o que reduz sua eficácia e seu impacto. As atuais políticas e estratégias para a mudança climática tendem a tratar incorretamente as necessidades de mulheres e crianças, especialmente nos contextos da saúde, a nutrição e a segurança alimentar.

As mulheres também estão mal representadas nos processos de consulta e de tomada de decisões para o desenvolvimento de estratégias de adaptação à mudança climática, tanto em nível local, quanto em nível nacional e mundial. Na Conferência da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática de Partes 16 – CQNUMC – (do original em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC COP16) em Cancun, as mulheres representaram apenas 30% de todas as delegações e menos de 15% de todos os chefes de delegações (1).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio reconhecem que os ingredientes essenciais do desenvolvimento são um melhor acesso à educação para as meninas, um melhor acesso ao emprego para as mulheres, particularmente em setores fora da agricultura, e uma melhor representação política para as mulheres (44).

Este trabalho identifica estratégias bem-sucedidas para abordar os desafios apresentados pela mudança climática para a segurança alimentar e nutricional e a saúde, e para promover a participação e a liderança das mulheres no planejamento e na tomada de decisões sobre adaptação ao clima para garantir que sejam sensíveis ao gênero, bem como à nutrição e à saúde.

Segurança alimentar e nutricional, mudança climática e gênero

A segurança alimentar e nutricional, a saúde, a igualdade de gênero, a mudança climática e a degradação do ambiente, inclusive a perda da biodiversidade, estão estreitamente vinculadas entre si. A mudança climática e a degradação do ambiente debilitam a capacidade das pessoas para sair da pobreza e colocam em risco seu gozo pleno dos direitos humanos. Isto tem impacto direto sobre a saúde, e a segurança alimentar e nutricional de milhões de pessoas – especialmente das mulheres e seus filhos.

A insegurança alimentar e nutricional e a insalubridade estão associadas à pobreza e a desigualdade de gênero: 60% das pessoas com fome crônica são mulheres adultas e meninas. Além disso, mundialmente (e salvo poucas exceções), as mulheres rurais se encontram em pior situação do que os homens no âmbito rural e do que as mulheres e os homens do âmbito urbano em cada indicador para o qual há dados disponíveis (33).

A mudança climática tem um impacto desproporcionado sobre as mulheres e as crianças pobres enquanto membros socialmente vulneráveis da sociedade (20). Muitas das pessoas mais pobres do mundo são mulheres rurais de países em desenvolvimento que dependem da agricultura de subsistência para alimentar suas famílias. As mulheres são as que estão na vanguarda na produção e colheita de alimentos (incluindo água e madeira) e na preparação e distribuição de alimentos dentro de seus lares, o que as expõe aos impactos da mudança climática sobre a segurança alimentar e nutricional e a saúde. A mudança climática poderia somar-se à insegurança respeito da água, aumentando assim a carga de trabalho das mulheres dedicadas à agricultura de subsistência (21). Isto prejudicaria a segurança para a

saúde e a nutrição por conta da falta de tempo para dedicar-se aos cuidados necessários das crianças, como a amamentação; e do menor acesso a alimentos e disponibilidade deles por conta da água inadequada para usos agrícolas (22). Em áreas ameaçadas pelas secas e a desertificação, as responsabilidades crescentes das mulheres nos cuidados do lar reduziram suas oportunidades para dedicar-se a atividades geradoras de renda, com consequências negativas para a segurança alimentar no lar (23).

Fortalecer os direitos e oportunidades das mulheres para tratar as questões da segurança alimentar e nutricional

Há uma série de problemas chave relacionados aos direitos da mulher e à igualdade de gênero que precisam ser tratados para diminuir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de adaptação e a resiliência aos impactos da mudança do clima sobre a segurança alimentar e nutricional. Eles incluem, entre outros:

A educação para meninas e mulheres

Dar poder às mulheres através da educação é um componente essencial para fortalecer a resiliência e a capacidade de liderança das mulheres. Os governos devem orientar-se a educar meninas e mulheres, o que inclui fornecer incentivos para a educação como programas de alimentação na escola e transferência de dinheiro à vista para a educação das meninas. Análises de 32 países na África Sub-Saariana mostraram que a matrícula de meninas nas escolas primárias aumentaram 28% com o fornecimento de refeições na escola. Quando as refeições na escola foram combinadas com rações para levar para casa para a família das estudantes, a matrícula de meninas no nível mais alto da escola primária aumentou 46% (27).

Em situações de desastres climáticos e com a diminuição de recursos para as famílias por causa de uma maior degradação do ambiente, as meninas costumam ser retiradas da escola. Portanto, é crucial incorporar programas de refeições na escola e do tipo “alimentar para a educação” nas estratégias de adaptação às mudanças do clima para poder garantir a matrícula completa, a igualdade de gêneros na educação e uma segurança alimentar melhorada (36). Além disso, as meninas com mais educação, quando adultas, têm famílias menos numerosas e mais saudáveis (29). Educar meninas e mulheres acerca da saúde reprodutiva e do acesso a métodos anticoncepcionais voluntários vai melhorar a resiliência de seus meios de subsistência e seu acesso a serviços de alimentos e de saúde, para elas e para seus filhos.

Ao mesmo tempo, com a educação e o treinamento corretos, as mulheres podem contribuir melhor para a tomada de decisões sobre ambiente, agricultura e saúde e nutrição (30). Fornecer às mulheres a oportunidade para seguir a educação secundária, inclusive através de bolsas para estudos universitários em áreas de agricultura, saúde e nutrição, ajuda a melhorar sua capacidade para influenciar na tomada de decisões.

Acesso das mulheres a recursos e a direitos de propriedade

Ao garantir que as mulheres tenham o mesmo acesso a recursos produtivos que os homens, as mulheres poderiam aumentar os rendimentos nas suas fazendas entre 20% e 30%; isto poderia diminuir a quantidade de pessoas com fome no mundo inteiro em 100-150 milhões (33).

É necessário promover igual acesso para as mulheres à posse da terra e a outros recursos, como capital, assistência técnica, tecnologia, ferramentas, equipamentos, mercados e tempo, para que elas tenham uma participação social e econômica mais eficaz (25, 31). As mulheres produzem até 80% dos alimentos no mundo, mas possuem menos de 20% de posse da terra no mundo (32). Essa disparidade deixa as mulheres incrivelmente vulneráveis; a perda do marido, do pai ou de um irmão frequentemente indica também uma perda de terra e, com ela, uma fonte relevante de segurança alimentar, renda, de poder de barganha e de status dentro da família e da comunidade.

Os direitos de posse de mulheres e meninas devem ser fortalecidos tanto na legislação quanto na prática. Quando essas medidas legislativas não existem, as normas e práticas consuetudinárias costumam ter conseqüências restritivas para as mulheres, limitando seu acesso a recursos essenciais como terra e crédito e afetando a segurança alimentar e nutricional no lar (44). Não são apenas as mulheres e as meninas as afetadas em forma direta, mas também os membros de suas famílias e comunidades, em forma intergeracional e intrageracional (44).

Os serviços financeiros fornecem oportunidades para melhorar a produção agrícola, a segurança alimentar e a vitalidade econômica. Os produtores agrários que desejam investir em tecnologias mais produtivas (porém custosas) ou que não podem cobrir suas despesas de curto prazo dependem dos mercados de créditos ou de outras fontes de crédito para poder fazer isso. No entanto, os mercados de créditos não são neutros à questão do gênero. As mulheres enfrentam barreiras legais e normas culturais que as restringem de ter contas bancárias ou de assinar contratos financeiros por direito próprio. Além disso, as mulheres costumam ter menos controle sobre ativos fixos, que frequentemente são necessários como garantia para empréstimos. Também podem sofrer discriminação quando há entidades que lhes oferecem empréstimos menores do que os oferecidos aos homens para atividades similares (24). Estes desafios influenciam as capacidades produtivas das mulheres e, em última instância, sua subsistência. Portanto, é importante que as mulheres tenham garantia de acesso à poupança, ao crédito e aos empréstimos. Por sua vez, o acesso a serviços financeiros influencia o acesso à tecnologia, que é essencial para manter e melhorar a produtividade agrícola. Neste contexto, é essencial encorajar o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às necessidades das mulheres e estimular a transferência de tecnologia às mulheres (25).

Acesso para as mulheres às redes de proteção e segurança social

As redes de segurança social protegem as vidas, os meios de subsistência e o capital humano durante crises e ajudam os mais vulneráveis a recuperar-se de situações de choque. Essas redes são essenciais para evitar a deterioração da segurança alimentar e nutricional e da saúde entre os mais vulneráveis e diminuem o risco de que mais pessoas caiam na armadilha da pobreza. As políticas e os programas de proteção social também podem catalisar a delegação de responsabilidades nas mulheres. As redes de segurança baseadas no trabalho denominadas programas “*food for work*” (trabalho por comida) e “*cash for work*” (trabalho por dinheiro) convocam as mulheres para gerar ativos que melhorem o bem-estar e a resiliência de suas comunidades, como escolas ou instalações sanitárias, bem como recursos naturais e infraestrutura produtiva. As redes de segurança também podem ser utilizadas para ajudar as mulheres a criar ativos que elas utilizem em seus setores de atividade tradicionais, por exemplo, fogões para cozinhar e hortas, ou para permitir que as mulheres dediquem seu tempo a aprender novas habilidades com educação nutricional ou administração de pequenos empreendimentos (43).

As redes de segurança são cruciais para promover a segurança nutricional das crianças, e especialmente, das meninas e das mães. Os programas condicionais de transferência de dinheiro na Colômbia, no México e na Nicarágua, em que famílias recebem apoio financeiro com a condição de que seus filhos assistam a escola e sejam vacinados, e de que as gestantes recebam atendimento pré-natal, têm reduzido o atraso de crescimento infantil em taxas de 7%, 10% e 5,5% respectivamente (17) Esses programas visam o núcleo do ciclo vicioso da fome e da malnutrição, que mina a saúde materna, dificulta o crescimento físico e cognitivo das crianças, prejudica a performance escolar e impede o progresso em prol da igualdade de gênero e da delegação de responsabilidades nas mulheres.

Igualdade de gênero na agricultura e outros programas de extensão

Embora haja programas de extensão e projetos gerados para apoiar as mulheres, eles são frequentemente desvantajosos no que tange ao acesso ao suporte e às informações institucionais. De fato, um estudo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) sobre serviços de extensão mostrou que apenas 5% de todos os recursos de extensão estiveram destinados às mulheres e que apenas 15% dos trabalhadores de extensão eram mulheres (33).

Pelo fato de que algumas práticas culturais desestimulam a interação das mulheres com homens de fora da comunidade, sua comunicação com os funcionários de extensão de sexo masculino está muito

limitada (24). Além disso, os serviços de extensão costumam visar os produtores agrários com maiores probabilidades de adotar inovações, por exemplo, os produtores com recursos suficientes em áreas bem estabelecidas. Esses produtores são frequentemente de sexo masculino, por conseguinte, as mulheres têm mais chances de serem ignoradas. Além disso, a participação ativa das mulheres em atividades de treinamento pode estar limitada por conta de seus baixos níveis de educação, suas limitações horárias e reservas culturais. Por conseguinte, as produtoras agrárias têm menos acesso às informações e ao suporte institucional do que suas contrapartes masculinas, com importantes consequências para apoiar e fortalecer sua resiliência à mudança climática. É, portanto, essencial que a informação e os programas de extensão sejam gerados de maneira tal que garantam que as informações e o suporte vinculados ao clima cheguem às mulheres de forma eficaz e lhes permitam tomar decisões sensatas.

Há estudos que demonstraram que quando mulheres e meninas têm a oportunidade de participar de programas de desenvolvimento, há um aumento correspondente da eficiência e da sustentabilidade (34).

Participação das mulheres na tomada de decisões e na adaptação ao clima para a segurança alimentar e nutricional

As mulheres possuem habilidades, experiência e conhecimentos únicos para a gestão dos recursos naturais, o suprimento de alimentos no lar e a supervisão dos recursos comunitários, que, todos eles, podem contribuir para criar políticas e estratégias sólidas de adaptação à mudança climática (34). Mas, as mulheres têm baixa representação na administração e na tomada de decisões sobre o ambiente. Para fortalecer a participação das mulheres nas iniciativas de mudança climática e para fornecer vias para incluir suas habilidades e conhecimentos nos planos e nas estratégias de mudança climática, as mulheres devem ter representação igualitária nos organismos de tomada de decisões sobre mudança climática.

Para promover a participação das mulheres na tomada de decisões sobre mudança climática, os governos devem exigir o respeito à igualdade de gênero na administração local, regional e nacional. A participação das mulheres pode ser incrementada em diferentes níveis e em diferentes setores mediante a promoção de processos inclusivos de planejamento, tomada de decisões, implantação, monitoramento e avaliação de medidas e iniciativas relativas à mudança climática. Os governos deveriam apoiar a criação de Planos Nacionais de Gênero e Clima e a inclusão das mulheres na criação de Planos Nacionais de Adaptação, Planos de Medidas de Mitigação e os correspondentes planos locais.

Dar responsabilidade às mulheres para abordar os desafios da mudança climática para a saúde e a segurança alimentar e nutricional

Delegar responsabilidade nas mulheres não é apenas um objetivo prioritário *per se*, mas é um direito humano intrínseco, reconhecido como tal pelos governos em pactos e compromissos (44). Delegar responsabilidades nas mulheres significa que elas terão uma função mais relevante na tomada de decisões em todos os níveis, entre eles, nas comunidades locais e nos parlamentos nacionais (44).

Delegar responsabilidades nas mulheres para melhorar a segurança alimentar e nutricional

As pessoas com baixa segurança alimentar que, na sua maioria, moram em áreas frágeis propensas a perigos naturais, são as que têm menos possibilidades de adaptar-se e lidar com os impactos. Na maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres produtoras agrárias são responsáveis pelo 60%-80% de toda a produção de alimentos. Portanto, as mulheres são afetadas diretamente pela crescente frequência das secas e das mudanças potenciais nos padrões das chuvas que afetarão a produção de culturas e da suscetibilidade delas a ser vítimas de pragas. Ao mesmo tempo, as mulheres são um repositório de tradições e conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais, indispensáveis para fortalecer a resiliência e para adaptar-se à mudança climática. Por exemplo, na região dos Andes (Peru, Bolívia e Equador), as mulheres são fundamentais para seus sistemas agrícolas tradicionais. As mulheres são as administradoras dos recursos naturais e domésticos e, portanto, poderiam ter um papel essencial nas estratégias de adaptação às mudanças climáticas no setor agrícola que sejam sensíveis à saúde e à nutrição.

Aumentar o acesso à saúde reprodutiva, ao atendimento materno-infantil, a nutrição e o cuidado da saúde

As estratégias para promover boas práticas sanitárias e de atendimento materno-infantil exigem que sejam fornecidos serviços de planejamento familiar, maternidade e outros serviços de saúde sexual e reprodutiva. Promover instalações para atendimento infantil e outras abordagens para apoiar as mulheres na sua função assistencial pode ser benéfico para lidar com os impactos da mudança climática na saúde, e podem contribuir para transformar funções e normas relativas ao gênero (22).

As gestantes, as mães que recentemente deram à luz e as crianças pequenas são especialmente vulneráveis aos impactos da mudança climática. As gestantes com dietas de baixa qualidade caracterizadas por deficiências em micronutrientes ou por desnutrição crônica experimentam uma taxa mais elevada de mortalidade materna e têm mais chances de dar à luz crianças com problemas de desenvolvimento ou atraso no crescimento. Inclusive o nanismo leve está associado a taxas mais elevadas de doença e morte, à deficiência cognitiva e à performance escolar diminuída em crianças. As intervenções na saúde e na nutrição durante a “janela de oportunidade” crítica entre a concepção e os primeiros 24 meses da vida da criança podem ser especialmente eficazes (35).

O estado nutricional das mulheres tem influência direta no estado nutricional de seus filhos, com muitas consequências para sua vida. Concentrar-se nas funções das mulheres na produção e distribuição de alimentos em seus lares é uma importante estratégia para melhorar os resultados nutricionais dos filhos. Além da segurança alimentar e da saúde, as práticas de atendimento materno-infantil são um determinante essencial no estado nutricional da criança.

Há necessidade de que sejam criados serviços de saúde adaptados ao gênero e acessíveis que alcancem às populações mais pobres e que, portanto, abordem as necessidades de saúde específicas de mulheres e homens (22). Incorporar o gênero nas intervenções sanitárias é um componente essencial para lidar com a desigualdade de gênero e para garantir o pleno acesso das mulheres a serviços sanitários abrangentes (37).

As estratégias de adaptação e mitigação têm um grande potencial para melhorar a saúde enquanto reduzem as emissões. Os planos de adaptação às mudanças climáticas deveriam facilitar o acesso a serviços sanitários e a iniciativas de extensão abrangentes para promover a disponibilidade de vacinações básicas, programas de nutrição e programas de educação e comunicações sensíveis ao gênero sobre riscos climáticos e para a saúde. Os co-benefícios potenciais para a saúde da mitigação da mudança climática deveriam ser considerados e apoiados pelos mecanismos financeiros.

Conclusões

Para que as estratégias de mitigação e adaptação à mudança climática possam responder às necessidades das comunidades, elas devem ser projetadas levando em conta a inclusão das vozes das mulheres. A igualdade de gênero começa quando delegamos responsabilidades nas mulheres pobres e marginalizadas para elas trabalharem com todos os membros da sociedade para criar um mundo mais seguro e sustentável. Por sua vez, a igualdade de gênero beneficia a sociedade como um todo e pode contribuir muito para criar melhores estratégias para lidar com a mudança climática, que considerem a nutrição e a saúde.

As funções das mulheres na produção e no manejo agrícola, no suprimento de alimentos e na segurança nutricional para as famílias e no manejo de recursos naturais as equipam com habilidades e conhecimentos particulares que devem ser incluídos nas políticas e estratégias nacionais de mudança climática. Para preparar o caminho para a liderança das mulheres na mudança climática, elas devem ser habilitadas para participar de forma igualitária no desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação à mudança climática que levem em conta a nutrição. Além disso, as estratégias de mitigação e adaptação de mudança climática devem incluir indicadores que levem em conta o gênero e a nutrição para poder tratar a questão da vulnerabilidade social e nutricional das mulheres.

A proteção e promoção da saúde e da nutrição são componentes essenciais do desenvolvimento sustentável e resiliente ao clima. As mulheres podem ser muito úteis para lidar com a questão da mudança climática, a saúde e a nutrição de forma integrada. Promover a liderança das mulheres nestas questões requer uma abordagem integrada orientada a ações tanto imediatas quanto de longo prazo. Essas ações incluem mecanismos para promover e proteger os direitos das mulheres, dar responsabilidades a elas e aumentar sua capacidade para abordar os desafios da mudança climática para a nutrição e a saúde. Promover a liderança das mulheres terá um efeito positivo e significativo sobre estratégias para a mitigação e a adaptação à mudança climática e, em última instância, sobre a saúde e o bem-estar das sociedades às quais elas pertencem.

Referências

1. *Gender-responsive strategies on climate change: recent progress and ways forward for donors*. UK, Institute for Development Studies, 2011 (<http://www.ids.ac.uk/news/gender-responsive-strategies-on-climate-change-recent-progress-and-ways-forward-for-donors>, accessed November 2011).
2. *Human Health. Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. UK, 2007 (<http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wg2/ar4-wg2-chapter8.pdf>, accessed November 2011).
3. *Protecting Health from Climate Change: connecting science, policy and people*. Geneva, World Health Organization (WHO), 2009 (http://whqlibdoc.who.int/publications/2009/9789241598880_eng.pdf, accessed November 2011).
4. *A Human Health Perspective on Climate Change: A Report Outlining the Research Needs on the Human Health Effects of Climate Change*. USA, Interagency Working Group on Climate Change and Health (IWGCCCH), 2010 (http://www.niehs.nih.gov/health/assets/docs_a_e/climaterreport2010.pdf, accessed November 2011).
5. Jarvis L, et al. "Climate Change, ill health, and conflict." *British Medical Journal*. 2011. 342:d1819.
6. Horton S, Shekar M. *Scaling up nutrition: what will it cost?* Washington, D.C., World Bank, 2010.
7. *The State of Food Insecurity in the World 2009*. Rome, Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO), 2009 (<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/012/i0876e/i0876e.pdf>, accessed November 2011).
8. Nabarro D. Introducing the policy brief "Scaling Up Nutrition: A framework for Action." The United Nations University. *Food and Nutrition Bulletin*. 2010. 31:178-86.
9. Black RE, et al. "Maternal and child undernutrition: global and regional exposures and health consequences." *The Lancet*. 2008. 371:243-60.
10. *The cost of hunger: Social and economic impact of child undernutrition in Central America and the Dominican Republic*. Chile, ECLAC and World Food Program (WFP) 2008 (http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/32669/DP_CostHunger.pdf, accessed November 2011).
11. Tirado, M.C., Crahay, P., Mahay, L., Zanev, C., Neira e, M, Whung P-Y h, Msangi, S., Scaramella, C., Costa Cohitinio D. and Mueller A. "Climate Change and Nutrition." Submitted to *The Lancet* (under revision). 2011.
12. *Food, fibre and forest products. Climate change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. UK, 2007 (<http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wg2/ar4-wg2-chapter5.pdf>, accessed November 2011).
13. Costello A, et al. "Managing the health effects of climate change." *The Lancet*. 2009. 373:1693-733.
14. *Impact on agriculture and costs of adaptation*. Washington D.C, International Food Policy Research Institute, 2009.
15. *Impact of climate change and bioenergy on nutrition*. Rome, Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO) and International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2008 (<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/ai799e/ai799e00.pdf>, accessed November 2011).

16. *Climate Change and Hunger: responding to the Challenge*. Rome, International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2009
(http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/wfp_fightingcchunger.pdf, accessed November 2011).
17. *Climate Change and Nutrition Security: Message to the UNFCCC Negotiators*, UNSCN policy brief. Geneva, United Nations Standing Committee on Nutrition (UNSCN), 2010
(http://www.unscn.org/files/Statements/Bdef_NutCC_2311_final.pdf, accessed November 2011).
18. *Climate Change and Hunger: Towards a WFP Policy on Climate Change*. Rome, World Food Program (WFP), 2011a
(<http://home.wfp.org/stellent/groups/public/documents/resources/wfp232740.pdf>, accessed November 2011).
19. *Climate Change, Food Insecurity and Hunger*. Copenhagen, World Food Program (WFP), 2009
(http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/reliefweb_pdf/node-332606.pdf, accessed November 2011).
20. *Protecting Health from Climate Change: World Health Day 2008*. Geneva, World Health Organization (WHO), 2008 (http://www.who.int/world-health-day/toolkit/report_web.pdf, accessed November 2011).
21. Parikh, J. K., Denton, F. *Gender and climate change in engendering the climate debate*. COP-8, 2002.
22. *Gender, Climate Change and Health*. Geneva, World Health Organization, 2009
(<http://www.who.int/globalchange/GenderClimateChangeHealthfinal.pdf>, accessed on November 2011).
23. Masika, R. "Editorial, Gender and Climate Change." *Gender and Development*. 2002. 10.2.
24. *Farmers in a changing climate – Does gender matter?* Rome, Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO), 2010 (<http://www.fao.org/docrep/013/i1721e/i1721e00.htm>, accessed November 2011).
25. *Resource Guide on Gender and Climate Change*. Mexico, United Nations Development Programme (UNDP), 2009
(http://www.un.org/womenwatch/downloads/Resource_Guide_English_FINAL.pdf, accessed November 2011).
26. *Energy and gender issues in rural sustainable development*. Rome, Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO), 2006
(http://www.fao.org/sd/dim_pe1/docs/pe1_060501d1_en.pdf, accessed November 2011)
27. *Feed Minds, Change Lives: School Feeding, the Millennium Development Goals and Girls' Empowerment*. Rome, World Food Programme (WFP), 2010
(<http://www.un.org/en/ecosoc/innovfair2011/docs/wfp.pdf>, accessed November 2011).
28. Tirado M.C., Cohen M.J., Aberman N.L. and B. Thompson. "The Impact of Climate Change on Nutrition." In *The Global Food Crisis: Governance Challenges and Opportunities*. J. Clapp and Cohen M., editors. Canada, Wilfred Laurier University Press, 2009.
29. Herz, B., Sperling, G.B. *What Works in Girls' Education: Evidence and Policies from the Developing World*. Council on Foreign Relations Press, 2004.
30. *Committee on World Food Security: Thirty-Seventh Session Final Report*. Rome, Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO), 2011
(http://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs1011/CFS37/documents/CFS_37_Final_Report_FINAL.pdf, accessed November 2011).
31. Tirado M.C., Cohen M.J., Aberman N.L., Meerman, J. and B. Thompson. "Addressing the Challenges of Climate Change and Biofuel Production on Food and Nutrition Security." *Journal of Food Research International*. 2010. 43:1729–1744.
32. *Secure Land Rights: The Key to Building a Better, Safer World: 2009 Annual Report*. Seattle, Rural Development Institute (RDI), 2009 (http://www.landesa.org/wp-content/uploads/2011/02/2009_Annual_Report.pdf, accessed November 2011).
33. *The State of Food and Agriculture 2010-11 Women in Agriculture - Closing the gender gap for development*. Rome, Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO), 2011
(<http://www.fao.org/publications/sofa/en/>, accessed November 2011).

34. *Resource Guide Mainstreaming Gender in Water Management*. Geneva, United Nations Development Programme (UNDP), 2006 (<http://www.undp.org/water/gender-and-water.shtml>, accessed November 2011).
35. Cohen, M, Tirado, MC, N. L. Aberman, B. Thompson. *Impact of climate change and bioenergy on nutrition*. FAO High Level Conference on Food Security and the Challenges of Climate Change and Bioenergy, 2008 (http://www.fao.org/ag/agn/agns/files/HLC2_Food_Safety_Bioenergy_Climate_Change.pdf).
36. *“Climate-Smart” Agriculture Policies, Practices and Financing for Food Security, Adaptation and Mitigation*. Rome, Food and Agricultural Organization (FAO), 2010 (<http://www.fao.org/docrep/013/i1881e/i1881e00.pdf>, accessed November 2011).
37. *Improving resilience to protect human health and welfare from the adverse affects of climate change. Health Coverage and WHO participation at the United Nations Framework Convention on Climate Change 16th Conference of the Parties*. Geneva, World Health Organization (WHO), 2010 (http://www.who.int/globalchange/mediacentre/events/2010/information_note_cop16.pdf, accessed November 2011).
38. *Displacement due to Natural Hazard-Induced Disasters: Global Estimates for 2009 and 2010*. Geneva, Internal Displacement Monitoring Center (IDMC), 2011 ([http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/\(httpInfoFiles\)/15D7ACEC7ED1836EC12578A7002B9B8A/\\$file/IDMC_natural-disasters_2009-2010.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/15D7ACEC7ED1836EC12578A7002B9B8A/$file/IDMC_natural-disasters_2009-2010.pdf), accessed November 2011).
39. *Gender, Climate Change, and Human Security: Lessons from Bangladesh, Ghana and Senegal*. Women’s Environment and Development Organization (WEDO), with ABANTU for Development, Action Aid & ENDA, 2008 (http://www.gdnonline.org/resources/WEDO_Gender_CC_Human_Security.pdf, accessed November 2011).
40. *Conceptual Framework of Maternal and Child Undernutrition*. Internal Report. Action Against Hunger (ACF), 2011.
41. *Bangladesh Country Programme 2006-2010*. Rome, World Food Programme (WFP), 2006.
42. *Policy on Disaster Risk Reduction and Management*. Rome, World Food Programme (WFP), 2011b.
43. *Promoting Gender Equality and the Empowerment of Women in Addressing Food and Nutrition Challenges*. Rome, World Food Programme (WFP) Gender Policy, 2009.
44. Olivier de Shutter. *Gender equality and food security: Women’s empowerment as a tool against hunger*. FAO/ADB, 2013.